



CONTAS REGIONAIS - 2003: FBCF e Contas das Famílias

Em 2003, a FBCF do país decresceu 8,3% face ao ano anterior, situação que se verificou em todas as regiões, com particular incidência na Região Autónoma da Madeira, cuja FBCF diminuiu 21,4%, seguida das Regiões Alentejo (-13,2% e -11,4% segundo NUTS 1989 e NUTS 2002, respectivamente) e Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa (-10,1% e -13,5%, respectivamente). A região Norte foi aquela cujo investimento sofreu uma redução de 2003 face a 2002 (-2,0%).

Relativamente às Contas das Famílias de 2003, as regiões de Lisboa, da Região Autónoma da Madeira e do Algarve foram aquelas que apresentaram, Rendimentos Primário e Disponível por habitante superiores à média nacional, em particular Lisboa, que registou índices de 145 e 134, respectivamente. O Norte, a Região Autónoma dos Açores, o Centro e o Alentejo, apresentaram índices para os mesmos indicadores sempre inferiores à média nacional, em especial o Norte. Esta região apresentou em 2003, os menores índices de rendimentos Primário e Disponível por habitante no período considerado, respectivamente, 19% e 17% abaixo da média nacional.

PREÂMBULO

O INE procede à divulgação conjunta da regionalização da FBCF e das Contas das Famílias de 2003. Os principais resultados são apresentados ao nível da NUTS II segundo as duas geografias (NUTS 1989 e NUTS 2002), dando-se continuidade às séries anteriores e aplicando-se o Regulamento do Conselho n.º 1059/2003 – legislação comunitária que estabelece a Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) na União Europeia.

Os resultados agora divulgados reportam-se ainda à base de 1995 das Contas Nacionais, com carácter provisório.

I. FBCF

FBCF NO PERÍODO 1995-2003

No período compreendido entre 1995 e 2003, a FBCF do país cresceu a uma taxa média de 6,0%. As regiões que apresentaram menor crescimento nesse período foram Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa (4,0% e 2,6%, respectivamente) e Norte (5,8%). Por outro lado, o Algarve, o Alentejo e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, apresentaram ritmos de crescimento semelhantes, superiores ao nacional, na ordem dos 10%.

De 2002 para 2003, o investimento total decresceu 8,3%, situação que se verificou em todas as regiões, com particular incidência na Região Autónoma da Madeira, cuja FBCF diminuiu 21,4%, para a qual contribuiu decisivamente a diminuição do investimento em “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (-49,9%). A região Norte foi aquela cujo investimento sofreu menor redução de 2003 face a 2002 (-2,0%).

Quadro 1.1
Taxa de Crescimento Médio e Anual da FBCF, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002

Regiões (NUTS 1989)	Taxa Crescimento		Regiões (NUTS 2002)	Taxa Crescimento	
	Médio 1995-2003	Anual 2002-2003		Médio 1995-2003	Anual 2002-2003
Portugal	6,0	-8,3	Portugal	6,0	-8,3
1 Continente:	5,8	-7,8	1 Continente:	5,8	-7,8
11 Norte	6,6	-2,0	11 Norte	6,6	-2,0
12 Centro	6,4	-9,4	16 Centro	7,4	-4,5
13 Lisboa e Vale do Tejo	4,0	-10,2	17 Lisboa	2,6	-13,5
14 Alentejo	10,7	-13,2	18 Alentejo	11,4	-11,4
15 Algarve	10,9	-5,5	15 Algarve	10,9	-5,5
2 R. A. Açores	10,1	-6,2	2 R. A. Açores	10,1	-6,2
3 R. A. Madeira	10,3	-21,4	3 R. A. Madeira	10,3	-21,4
Extra-regio	12,9	0,0	Extra-regio	12,9	0,0

A repartição regional da FBCF em 2003 aproxima-se da estrutura regional média de 1995 a 2003, salientando-se porém, uma diminuição do contributo de Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa (-5,7 p.p e -7,8 p.p., respectivamente), em oposição a um aumento do peso relativo, em especial, das regiões Centro (1,9 p.p e 3,4 p.p., respectivamente NUTS 1989 e NUTS 2002), Algarve (1,2 p.p) e Norte (1,1 p.p.). Considerando a geografia NUTS 2002, a região de Lisboa foi responsável por 31,6% do investimento em 2003 (perdendo 7,7 p.p. face à NUTS 1989), contribuindo o Centro com 21,2% e o Alentejo 8,4%, ganhando as duas regiões, respectivamente, 5,2 e 2,5 pontos percentuais.

Quadro 1.2
Estrutura Regional Média e Anual da FBCF, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002

Regiões (NUTS 1989)	Estrutura Regional		Regiões (NUTS 2002)	Estrutura Regional	
	Média 1995-2003	Anual 2003		Média 1995-2003	Anual 2003
Portugal	100,0	100,0	Portugal	100,0	100,0
1 Continente:	93,8	92,9	1 Continente:	93,8	92,9
11 Norte	25,6	26,7	11 Norte	25,6	26,7
12 Centro	14,1	16,0	16 Centro	17,8	21,2
13 Lisboa e Vale do Tejo	45,0	39,3	17 Lisboa	39,4	31,6
14 Alentejo	5,4	5,9	18 Alentejo	7,2	8,4
15 Algarve	3,7	5,0	15 Algarve	3,7	5,0
2 R. A. Açores	2,6	3,3	2 R. A. Açores	2,6	3,3
3 R. A. Madeira	3,5	3,7	3 R. A. Madeira	3,5	3,7
Extra-regio	0,1	0,1	Extra-regio	0,1	0,1

ANÁLISE DA FBCF EM 2003

Em 2003, à semelhança dos anos anteriores, Lisboa figurou como a região mais investidora nas actividades da "Construção" (Código 3 da classificação dos ramos de actividade A6 no SEC95), de "Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico, alojamento e restauração, transportes e comunicações" (4) e "Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" (5), tendo sido responsável, respectivamente, por cerca de 51%, 49% e 37% do investimento realizado nestes três ramos de actividade. O investimento em actividades da "Indústria, incluindo energia" (2) foi essencialmente realizado nas regiões Norte, Centro e Lisboa, que no conjunto representou aproximadamente 84% do investimento neste ramo. A FBCF em actividades "Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca" (1) é predominantemente observada nas regiões Norte (cerca de 28%) e Alentejo (aproximadamente 27% e 33% segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002, respectivamente). Relativamente, ao investimento em "Outras actividades de serviços" (6), este predominou nas regiões Norte, Lisboa e Centro, respectivamente: 28,7%, 25,0% e 23,6%.

Figura 1.1

Distribuição regional da FBCF de 2003, por ramo de actividade (A6), segundo a NUTS 1989

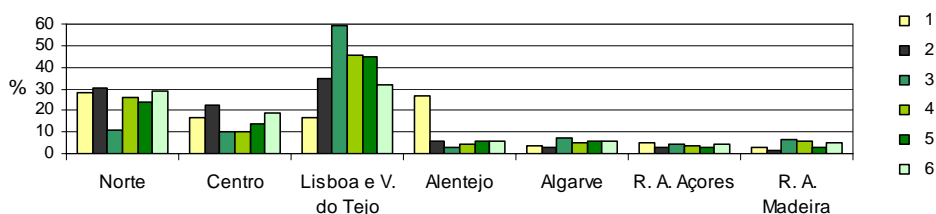
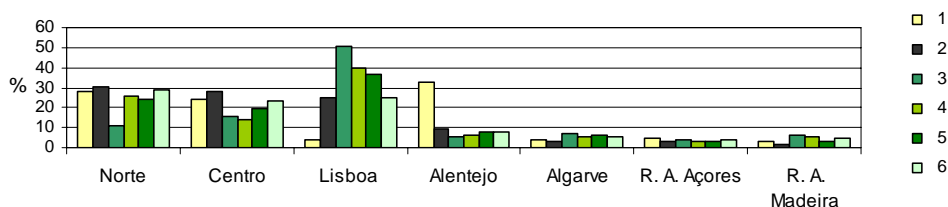


Figura 1.2

Distribuição regional da FBCF de 2003, por ramo de actividade (A6), segundo a NUTS 2002





A análise da repartição do total de investimento de cada região por ramo de actividade é seguidamente apresentada no quadro 1.3., permitindo uma melhor avaliação regional do investimento.

Como pode ser observado, em 2003, as "Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" (5) foram responsáveis por quase um terço da FBCF do país, devido sobretudo ao investimento em habitação, apresentando nesse ano alguma disparidade regional. Estas são as actividades com mais investimento nas regiões do Algarve (36,7%), Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa (35,3% e 36,4%, respectivamente na NUTS 1989 e NUTS 2002), Alentejo (31,5% e 30,0%, respectivamente na NUTS 1989 e NUTS 2002) e, com menor expressão, no Norte (28,1%).

Quadro 1.3

Repartição da FBCF de 2003 por região e ramo de actividade A6, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002

Regiões	Total	Nuts 1989 A6 - CAE rev.2						Nuts 2002 A6 - CAE rev.2					
		1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Portugal	100,0	2,3	21,5	2,1	19,5	31,1	23,5	2,3	21,5	2,1	19,5	31,1	23,5
Norte	100,0	2,4	24,7	0,8	18,8	28,1	25,2	2,4	24,7	0,8	18,8	28,1	25,2
Centro	100,0	2,4	29,3	1,3	12,4	26,9	27,7	2,6	28,7	1,5	12,6	28,4	26,2
Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa*	100,0	1,0	19,1	3,1	22,7	35,3	18,8	0,3	16,8	3,3	24,6	36,4	18,6
Alentejo	100,0	10,4	19,9	0,9	13,3	31,5	24,0	8,8	23,3	1,4	14,9	30,0	21,7
Algarve	100,0	1,6	11,9	3,0	20,8	36,7	26,0	1,6	11,9	3,0	20,8	36,7	26,0
Açores	100,0	3,3	18,8	2,5	19,2	26,8	29,4	3,3	18,8	2,5	19,2	26,8	29,4
Madeira	100,0	1,9	9,4	3,5	30,8	23,7	30,6	1,9	9,4	3,5	30,8	23,7	30,6

* Região modificada na NUTS 2002

O ramo de "Outras actividades de serviços" (6) foi o segundo com maior investimento nacional, tendo sido responsáveis por cerca de 24% do total de FBCF, para o que contribuiu, de forma decisiva, o sector das Administrações Públicas. As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores foram as que apresentaram investimento mais significativo nestas actividades, 30,6% e 29,4%, respectivamente.

Nesse ano, a Região Autónoma da Madeira foi a região do país com menor proporção de investimento em actividades da "Indústria, incluindo energia" (2), - apenas 9,4% no total da sua FBCF -, enquanto as regiões Centro e Norte, apresentaram as proporções mais significativas de FBCF realizado naquelas actividades, situadas na ordem dos 29% e 25%, respectivamente, ambas claramente acima do peso nacional (22%).

As actividades de "Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico, alojamento e restauração, transportes e comunicações" (4), responsáveis por cerca de 20% do investimento nacional, atingiram maior proporção no investimento da Região Autónoma da Madeira, representando quase 31% do investimento total realizado naquela região.

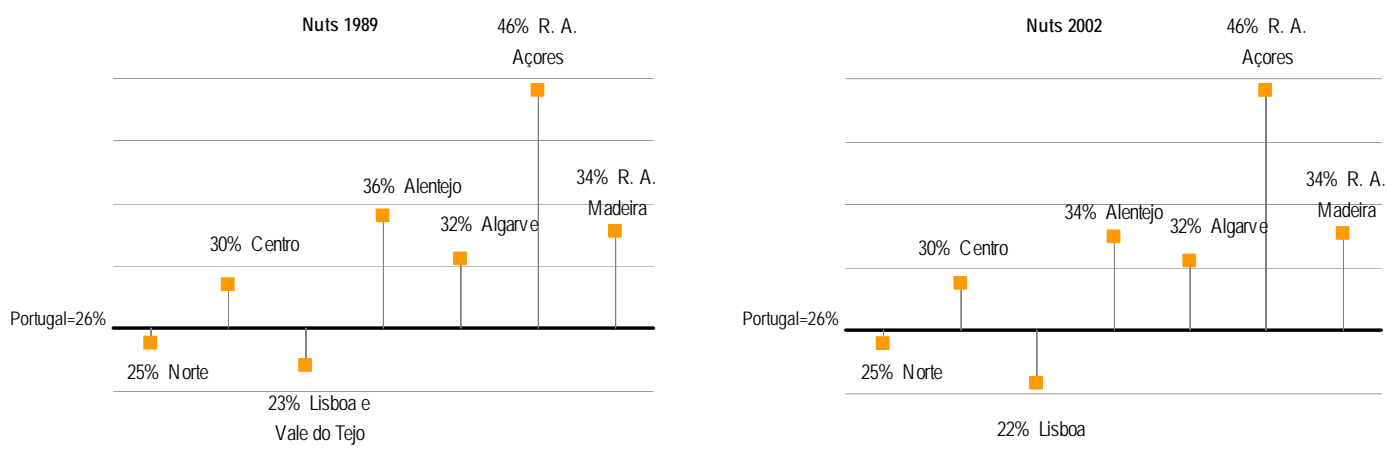
Relativamente às actividades de "Construção" (3), salientam-se a Região Autónoma da Madeira, o Algarve e Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa, que apresentaram maior peso de FBCF nesse ramo de actividade, na ordem dos 3%, sendo a média nacional 2,1%.

O sector primário continuou a ser aquele cujas actividades foram responsáveis por menor proporção de FBCF do país (2%), à semelhança dos anos anteriores. Salienta-se, porém, a região do Alentejo cujas actividades de "Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca" (1) realizaram cerca de 10% e 9% do total do investimento da região, respectivamente segundo a NUTS 1989 e NUTS2002.

Analisando, por fim, a Taxa de Investimento Aparente¹ em 2003, verificou-se que, embora Lisboa e o Norte tenham sido as regiões que mais contribuíram para a FBCF e PIB do país, foram aquelas que apresentaram uma proporção de riqueza investida abaixo da média nacional. Por outro lado, a Região Autónoma dos Açores, o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira foram as que apresentaram maior taxa de investimento, 46% no primeiro caso, e 34% nas outras duas regiões. Nesse ano, aquele indicador para o país situou-se em 26%, havendo uma perda de 3 p.p. na proporção de riqueza investida face a 2002.

Figuras 1.4 e 1.5

Taxa de Investimento Aparente em 2003, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002



Em Anexo, são apresentados dois quadros com a regionalização da FBCF por ramo de 2003, segundo as duas geografias territoriais. Estes resultados, bem como uma breve síntese metodológica, constam na informação disponibilizada no INFOLINE, site do INE.

¹ Calculada pela relação entre FBCF e VAB a preços de base.



Notas Metodológicas:

A regionalização da FBCF teve por base as fontes privilegiadas (na Base 1995) dos vários sectores institucionais, bem como a respectiva informação por ramo de actividade. Com efeito, na afectação regional do investimento realizado pelos ramos segundo os sectores Sociedades não financeiras, Sociedades financeiras e Administrações públicas, em que o método de regionalização é, em todos os casos, ascendente, foi utilizada informação das respectivas unidades locais identificadas segundo a antiga e a nova geografia.

Igualmente, nos ramos em que são utilizadas fontes alternativas, foi também utilizada informação regional segundo as duas geografias territoriais, solicitada às empresas e/ou por consulta a Relatórios e Contas. Relativamente às Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, único sector regionalizado pelo método top-down, foi utilizada a estrutura regional da população média. No final, a regionalização obtida por ramo segundo a NUTS 2002, respeita a afectação regional de acordo com a NUTS 1989 no que toca às regiões que permanecem inalteradas: Norte, Algarve, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Salienta-se que, na regionalização da FBCF do sector das Administrações públicas de 2003, foi utilizada informação dos vários subsectores das Administrações públicas do ano de 2002, por constituir a informação regional mais actual e disponível.



ANEXO

FBCF de 2003, por região NUTS I e II (NUTS 1989), segundo a classificação de actividades A17

Unidade: milhões de euros

CAE Rev.2 - A17	Continente	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra- regio	PORTUGAL
A	598	182	108	109	179	20	31	20	-	649
B	19	5	6	3	1	4	2	1	-	21
C	90	20	33	24	7	6	4	2	-	96
D	4 444	1 517	988	1 647	209	83	112	65	-	4 621
E	1 525	412	360	535	130	87	68	35	-	1 629
F	544	65	61	357	16	44	25	38	-	606
G	1 778	474	243	857	86	118	106	98	-	1 982
H	436	64	67	144	41	119	55	67	-	558
I	3 024	942	276	1 632	104	69	27	168	-	3 219
J	905	208	118	459	38	82	3	25	-	932
K	7 760	2 010	1 151	3 632	510	458	261	231	-	8 253
L	3 199	1 101	684	967	258	188	186	209	28	3 622
M	1 014	321	225	354	59	55	56	34	-	1 104
N	799	287	137	305	39	32	23	17	-	839
O	1 266	277	264	558	61	106	24	70	-	1 360
P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	27 400	7 882	4 720	11 584	1 741	1 472	984	1 079	28	29 491

FBCF de 2003, por região NUTS I e II (NUTS 2002), segundo a classificação de actividades A17

Unidade: milhões de euros

CAE Rev.2 - A17	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra- regio	PORTUGAL
A	598	182	154	25	217	20	31	20	-	649
B	19	5	7	2	1	4	2	1	-	21
C	90	20	44	7	13	6	4	2	-	96
D	4 444	1 517	1 281	1 136	428	83	112	65	-	4 621
E	1 525	412	470	418	138	87	68	35	-	1 629
F	544	65	95	306	34	44	25	38	-	606
G	1 778	474	381	661	144	118	106	98	-	1 982
H	436	64	81	129	42	119	55	67	-	558
I	3 024	942	324	1 505	184	69	27	168	-	3 219
J	905	208	167	394	54	82	3	25	-	932
K	7 760	2 010	1 606	2 996	691	458	261	231	-	8 253
L	3 199	1 101	858	709	342	188	186	209	28	3 622
M	1 014	321	283	280	74	55	56	34	-	1 104
N	799	287	179	253	49	32	23	17	-	839
O	1 266	277	318	491	75	106	24	70	-	1 360
P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	27 400	7 882	6 248	9 311	2 486	1 472	984	1 079	28	29 491



II. CONTAS DAS FAMÍLIAS

RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS, PIB E DISPARIDADES REGIONAIS EM 2003

De 2002 para 2003, o PIB do país, o Rendimento Primário (RP) e o Rendimento Disponível (RD) das Famílias cresceram a uma taxa de 1,6%, 1,7% e 2,6%, respectivamente. As regiões que registaram maior crescimento do PIB de 2003 face a 2002 foram igualmente as que apresentaram maior crescimento do seu Rendimento Primário e Rendimento Disponível: Região Autónoma da Madeira, Alentejo e Algarve, claramente acima do crescimento nacional.

Quadro 2.1

Taxa de Crescimento Anual 2002-2003 do Rendimento Primário, Rendimento Disponível e PIB por região, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002

Regiões	NUTS 1989			NUTS 2002		
	Taxa de Crescimento Anual 2002-2003			Taxa de Crescimento Anual 2002-2003		
	Rendimento Primário	Rendimento Disponível	PIB	Rendimento Primário	Rendimento Disponível	PIB
Norte	0,9	1,9	0,3	0,9	1,9	0,3
Centro	1,5	2,2	0,9	1,8	2,6	1,3
Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa*	1,9	2,9	1,9	2,0	2,8	2,0
Alentejo	3,4	5,2	4,5	2,0	3,8	3,1
Algarve	2,8	3,6	3,5	2,8	3,6	3,5
R. A. Açores	-1,1	0,3	1,9	-1,1	0,3	1,9
R. A. Madeira	6,4	4,2	5,1	6,4	4,2	5,1
Portugal	1,7	2,6	1,6	1,7	2,6	1,6

* Região modificada na NUTS 2002

Das restantes regiões destaca-se a Região Autónoma dos Açores que, de 2002 para 2003, embora tenha registado um crescimento do PIB superior ao valor nacional (1,9% face a 1,6%), apresentou o menor crescimento do seu Rendimento Disponível (apenas 0,3%), e registou um decréscimo do seu Rendimento Primário de 1,1%, decréscimo esse devido à evolução dos Rendimentos de Propriedade (Empregos).

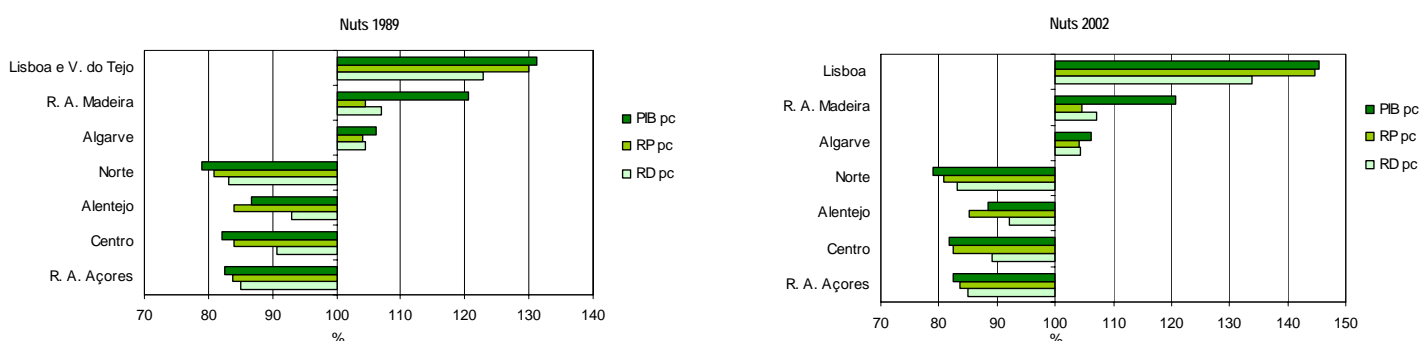
Em 2003, considerando os valores por habitante, observou-se que o PIB per capita (p.c.) foi significativamente superior ao RP p.c. e RD p.c. das famílias, em especial nas regiões de Lisboa/Lisboa e Vale do Tejo, Região Autónoma da Madeira e Algarve. Em termos de índices, verificou-se que essas três regiões foram aquelas que apresentaram, em 2003, níveis por habitante superiores à média nacional para os três indicadores.

Segundo a NUTS 2002, Lisboa com índices de 145, 145 e 134, respectivamente para o PIB p.c., RP p.c. e RD p.c., a Região Autónoma da Madeira e o Algarve, com índices inferiores, respectivamente, na ordem de 121, 105 e 107, e 106, 104 e 104 para os mesmos indicadores.

As regiões Norte, Centro, Alentejo e a Região Autónoma dos Açores apresentaram índices sempre inferiores a 100 em qualquer das geografias territoriais e nos três indicadores, apresentando o Alentejo e o Centro índices ligeiramente menos afastados em relação à média nacional no que toca ao RD por habitante. A região Norte, cujo PIB p.c. se situa 21% abaixo do valor nacional, apresenta igualmente o menor índice de RP p.c. e RD p.c., respectivamente, 81 e 83.

Figuras 2.1 e 2.2

Índices de disparidade do PIB p.c., RP p.c. e RD p.c. por região em 2003



Os resultados demonstram que as assimetrias regionais são mais significativas relativamente ao PIB por habitante que na distribuição dos rendimentos pelas famílias, em especial após o processo de redistribuição de rendimentos. Efectivamente, a diferença entre a região que gerou mais produção per capita (Lisboa) e a que gerou menos (Norte) é significativamente superior ao fosso entre a região com maior e a com menor nível de vida das famílias, com base no RD por habitante.

Como pode ser observado no quadro 2.2, em 2003, as transferências de distribuição, na sua maioria da responsabilidade das administrações públicas, beneficiaram as regiões do Centro e do Alentejo. Com efeito, as famílias destas regiões viram o seu Rendimento Disponível por habitante superar o rendimento gerado pela sua participação no processo produtivo e pelos rendimentos de propriedade (recebidos menos pagos), situação verificada em qualquer uma das geografias territoriais. As famílias das restantes regiões – Norte, Lisboa, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – não beneficiaram com a acção redistributiva das transferências correntes.

Quadro 2.2
Rendimento Primário e Rendimento Disponível por região em 2003, segundo a NUTS 1989 e a NUTS 2002

Regiões	Nuts 1989						Nuts 2002					
	Rendimento Primário			Rendimento Disponível			Rendimento Primário			Rendimento Disponível		
	Total	per capita	Índice PT=100	Total	per capita	Índice PT=100	Total	per capita	Índice PT=100	Total	per capita	Índice PT=100
	10 ⁶ Euros	Euros	%	10 ⁶ Euros	Euros	%	10 ⁶ Euros	Euros	%	10 ⁶ Euros	Euros	%
Portugal	91.854	8.797	100	87.990	8.427	100	91.854	8.797	100	87.990	8.427	100
Norte	26.341	7.116	81	25.921	7.002	83	26.341	7.116	81	25.921	7.002	83
Centro	13.187	7.390	84	13.644	7.647	91	17.132	7.257	82	17.716	7.505	89
Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa*	40.567	11.432	130	36.729	10.350	123	34.734	12.735	145	30.794	11.290	134
Alentejo	3.863	7.386	84	4.096	7.833	93	5.751	7.490	85	5.960	7.763	92
Algarve	3.677	9.150	104	3.538	8.804	104	3.677	9.150	104	3.538	8.804	104
Açores	1.763	7.363	84	1.715	7.164	85	1.763	7.363	84	1.715	7.164	85
Madeira	2.226	9.194	105	2.183	9.018	107	2.226	9.194	105	2.183	9.018	107
Extra-regio	231	-	-	163	-	-	231	-	-	163	-	-
Min-Máx	-	4.317	49	-	3.348	40	-	5.620	64	-	4.288	51

Face à média nacional, o panorama é ligeiramente diferente: as disparidades regionais entre o RP e RD reduzem-se em todas as regiões à excepção, de Lisboa, cujo índice do Rendimento Disponível perde cerca de 11 pontos percentuais (7 p.p. na NUTS 1989) face ao Rendimento Primário, e do Algarve cujo posicionamento face ao país é idêntico nos dois indicadores (104).

Das regiões beneficiárias destacam-se o Alentejo, o Centro e a Região Autónoma da Madeira, cujos índices de disparidade diminuem face ao valor nacional cerca de 7 p.p. no caso das duas primeiras regiões e de 2 p.p. relativamente à última, segundo a NUTS 2002, quando se passa do Rendimento Primário para o Rendimento Disponível. A Região Autónoma dos Açores ganha um ponto percentual, passando de 84 no Rendimento Primário para 85 no Rendimento Disponível. Finalmente, o Norte, cujo índice de disparidade do RP é 81, ganha 2 p.p. quando se consideram as transferências de redistribuição, ficando com um índice do Rendimento Disponível de 83, porém o mais baixo de todas as regiões.

Em 2003, a região de Lisboa apresentou um índice de Rendimento Primário 45% acima da média nacional enquanto o Norte, que, nesse ano, foi a região de menor nível de vida, apresentou um rendimento primário por habitante 19% abaixo do valor nacional. Essa situação foi suavizada pela acção redistributiva de rendimentos por parte do Estado e pelas Outras Transferências Correntes, passando o diferencial entre o Mínimo e o Máximo de 64 para 51, na passagem do Rendimento Primário para o Rendimento Disponível.

Em anexo, são apresentados dois quadros com a Conta das Famílias de 2003, com as várias operações e saldos, segundo as duas geografias territoriais. Estes resultados, bem como uma breve síntese metodológica, constam na informação disponibilizada no INFOLINE, site do INE.



Notas Metodológicas:

A metodologia seguida na regionalização das Contas Regionais das Famílias (na Base 1995), assenta no método descendente (Top-down), ou seja, na repartição dos valores nacionais, utilizando variáveis *proxy* ou afins das várias rubricas e para as quais existe informação desagregada ao nível das NUTS II, segundo a nova geografia territorial. A regionalização obtida para a NUTS 2002 respeita a afectação regional segundo a NUTS 1989, no que toca às regiões que permanecem inalteradas: Norte, Algarve, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Na regionalização da Conta das Famílias de 2003, foi necessário utilizar alguma informação regional de 2001 e 2002 por constituir a mais actual e disponível, mantendo-se porém a metodologia estabelecida na sua essência. Refiram-se os aspectos mais relevantes:

- » As “Prestações da segurança social em dinheiro” de 2003 foram regionalizadas pela estrutura de 2001 (último ano disponível);
- » Os “Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.”, os “Outros impostos correntes” e as “Transferências correntes diversas pagas e recebidas pelas Famílias” foram regionalizados recorrendo-se à informação disponível de 2002;
- » As transferências correntes pagas pelo sector Famílias ao Resto do Mundo, respeitante às Remessas de Imigrantes, que passaram a ser regionalizadas, a partir de 2000, segundo a estrutura da “População activa estrangeira (Censos 2001)”, foram igualmente regionalizadas em 2003, por constituírem as únicas estimativas disponíveis.



ANEXO

Contas das famílias de 2003 por região NUTS I e II (NUTS 1989) - Operações e Saldos

Operações / Saldos		Continente	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra-regio	Unidade: milhões de euros	
											PORTUGAL	
Conta de Afectação do Rendimento Primário												
B.2g/B.3g Excedente de Exploração/Rend. Misto Bruto	S	22 335	6 530	3 437	9 799	1 170	1 398	417	577	-	23 329	
D.1 Remunerações dos empregados	R	62 683	19 362	9 445	28 996	2 648	2 232	1 335	1 573	231	65 822	
D.11 Ordenados e salários	R	48 530	15 060	7 344	22 352	2 040	1 734	1 025	1 210	165	50 930	
D.12 Contribuições sociais dos empregadores	R	14 154	4 302	2 102	6 644	608	498	310	363	65	14 892	
D.4 Rendimentos de Propriedade	R	6 717	1 657	802	3 884	194	180	89	158	-	6 964	
D.4 Rendimentos de Propriedade	E	4 100	1 208	498	2 111	150	133	78	83	-	4 261	
B.5g Rendimento Primário Bruto	S	87 635	26 341	13 187	40 567	3 863	3 677	1 763	2 226	231	91 854	
Conta de Distribuição Secundária do Rendimento												
B.5g Rendimento Primário Bruto	S	87 635	26 341	13 187	40 567	3 863	3 677	1 763	2 226	231	91 854	
D.5 Impostos correntes s/ o rendimento, património, etc.	E	7 574	2 059	1 040	3 950	274	250	97	142	-	7 812	
D.61 Contribuições sociais*	E	19 629	6 021	2 930	9 151	829	698	421	496	81	20 627	
D.62 Prestações sociais*	R	21 405	6 665	3 502	9 244	1 260	733	430	440	14	22 289	
D.7 Outras transferências correntes	R	5 004	1 736	1 313	1 584	178	193	88	206	-	5 298	
D.7 Outras transferências correntes	E	2 913	741	388	1 566	101	117	47	51	-	3 011	
D.5,6,7 Saldo das Transferências Correntes	S [†]	- 3 706	- 420	458	- 3 838	234	- 139	- 48	- 43	- 68	- 3 864	
B.6g Rendimento Disponível Bruto	S	83 929	25 921	13 644	36 729	4 096	3 538	1 715	2 183	163	87 990	
B.6n Rendimento Disponível Líquido	S	78 288	24 179	12 727	34 260	3 821	3 300	1 600	2 037	163	82 088	

* Valores líquidos
S - Saldo
R - Recursos
E - Empregos

Contas das famílias de 2003 por região NUTS I e II (NUTS 2002) - Operações e Saldos

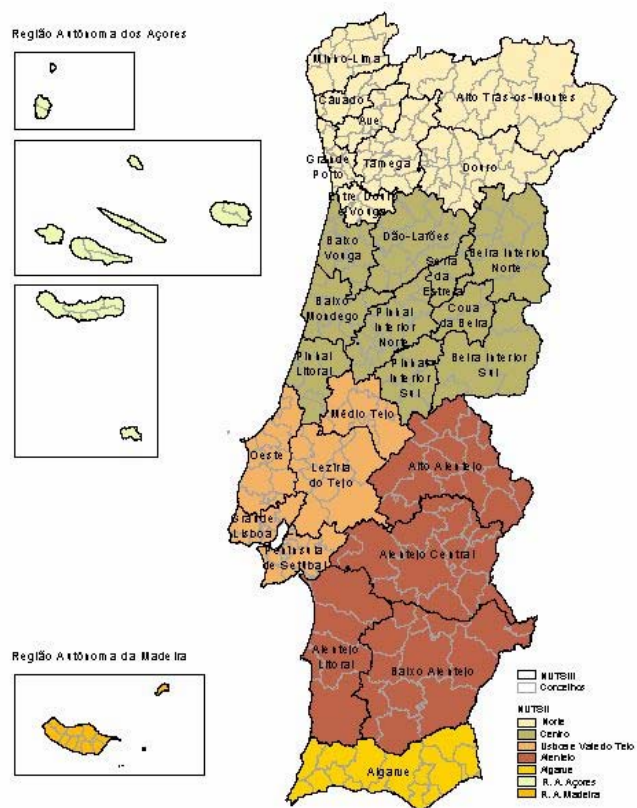
Operações / Saldos		Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra-regio	Unidade: milhões de euros	
											PORTUGAL	
Conta de Afectação do Rendimento Primário												
B.2g/B.3g Excedente de Exploração/Rend. Misto Bruto	S	22 335	6 530	4 603	8 006	1 797	1 398	417	577	-	23 329	
D.1 Remunerações dos empregados	R	62 683	19 362	12 150	25 059	3 880	2 232	1 335	1 573	231	65 822	
D.11 Ordenados e salários	R	48 530	15 060	9 429	19 317	2 990	1 734	1 025	1 210	165	50 930	
D.12 Contribuições sociais dos empregadores	R	14 154	4 302	2 721	5 742	890	498	310	363	65	14 892	
D.4 Rendimentos de Propriedade	R	6 717	1 657	1 045	3 541	293	180	89	158	-	6 964	
D.4 Rendimentos de Propriedade	E	4 100	1 208	667	1 873	220	133	78	83	-	4 261	
B.5g Rendimento Primário Bruto	S	87 635	26 341	17 132	34 734	5 751	3 677	1 763	2 226	231	91 854	
Conta de Distribuição Secundária do Rendimento												
B.5g Rendimento Primário Bruto	S	87 635	26 341	17 132	34 734	5 751	3 677	1 763	2 226	231	91 854	
D.5 Impostos correntes s/ o rendimento, património, etc.	E	7 574	2 059	1 320	3 542	402	250	97	142	-	7 812	
D.61 Contribuições sociais*	E	19 629	6 021	3 776	7 920	1 214	698	421	496	81	20 627	
D.62 Prestações sociais*	R	21 405	6 665	4 622	7 653	1 732	733	430	440	14	22 289	
D.7 Outras transferências correntes	R	5 004	1 736	1 563	1 269	243	193	88	206	-	5 298	
D.7 Outras transferências correntes	E	2 913	741	505	1 401	149	117	47	51	-	3 011	
D.5,6,7 Saldo das Transferências Correntes	S [†]	- 3 706	- 420	584	- 3 941	210	- 139	- 48	- 43	- 68	- 3 864	
B.6g Rendimento Disponível Bruto	S	83 929	25 921	17 716	30 794	5 960	3 538	1 715	2 183	163	87 990	
B.6n Rendimento Disponível Líquido	S	78 288	24 179	16 525	28 724	5 560	3 300	1 600	2 037	163	82 088	

* Valores líquidos
S - Saldo
R - Recursos
E - Empregos



Nomenclaturas Territoriais NUTSII, NUTSIII e Concelhos

NUTS 1989 (*)



(*) por referência a Decreto-Lei nº 45/1989

NUTS 2002 (*)



(*) por referência a Decreto-Lei nº 244/2002